

Capítulo 69 - DOI:10.55232/1084002069

AS CONCEPÇÕES DE PODER NA RELAÇÃO ALUNO- PROFESSOR: A QUEM ELE REALMENTE PERTENCE?

Ana Paula Grapiglia, Karla Caroline Araújo Silva

RESUMO: Este artigo propõe a discussão acerca do real poder da educação nos processos de ensino-aprendizagem. Trata-se uma pesquisa bibliográfica, na qual foi realizada uma contextualização das concepções de poder e educação descritas por Vitor Henrique Paro em sua obra “Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação”, assim como as descrições de outros renomados autores que enfatizam os preceitos do poder frente a educação. Objetivou-se neste descrever as concepções de poder diante da educação e sua abordagem/aplicabilidade pelos diferentes envolvidos. Buscou-se ainda, compreender a interferência do poder na formação social do indivíduo no que concerne a sua condição como sujeito em busca de emancipação. Frente a tal contextualização, tem-se o entendimento da educação como uma prática de poder, por meio da qual se pode obter uma ação pedagógica efetiva, proporcionando um processo de ensino-aprendizagem mais democrático e participativo de ambos os lados envolvidos. Diante da discussão deste estudo, percebe-se a extrema necessidade de poder por parte de todos os envolvidos neste processo, o que vem a permitir uma transformação/construção diferenciada tanto para o educador quanto para o educando, sendo que ambos passam a agir como sujeitos em busca de emancipação através do poder que possuem em seu processo de formação.

Palavras-chave: Poder, professor, aluno.

INTRODUÇÃO

O presente artigo descreve a necessidade da inter-relação entre os diferentes indivíduos envolvidos no processo de ensino, corroborando com a presença de poder para ambos na busca pela construção de saberes e de formação social humana.

Paro (2008) subentende que é por meio de uma compreensão de educação como uma prática de poder que se pode obter uma ação pedagógica efetiva, assim como proporcionar um processo de ensino-aprendizagem mais democrático e participativo para todos os envolvidos.

De acordo com a descrição do autor em sua obra “Educação como exercício do poder”, o poder na educação deve ir além da transmissão do conhecimento/conteúdos por parte do professor ao aluno, o poder deve vir a ser utilizado para a promoção de uma prática que busque a liberdade frente as inúmeras condições de rigidez e imposição trazidas pela educação culturalmente ao longo dos anos. Ressalta-se que a busca pelo poder diante dos processos de ensino, devido as inúmeras condições culturais vividas por longos períodos, estará previamente direcionada ao professor, contudo em sua obra, Paro (2008) discorda de tais pressupostos e coloca o aluno também como detentor de poder.

Diante de tais preceitos, objetivou-se neste artigo destacar as principais concepções da educação como exercício de poder descritas por Vitor Henrique Paro, enfatizando nas ações a serem realizadas tanto por professores quanto por alunos para a obtenção real de poder diante das ações de ensino, assim como explicar as descrições pertinentes de demais autores relacionados ao tema. Buscou-se ainda, compreender a interferência que as diferentes concepções de poder dentro da educação podem vir a influenciar na formação social do indivíduo no que concerne a sua condição como sujeito em busca de emancipação. Desta forma apresenta-se como problemática deste estudo a necessidade de descrever que o poder deve vir ocorrer de modo linear e não como é visto culturalmente de forma verticalizada.

MÉTODOS

Para a realização deste artigo, foi utilizado como enfoque a obra de Vitor Henrique Paro - Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação (2008). Na construção deste são enfatizadas contribuições do autor referente às concepções de poder diante da educação, assim como a ênfase na utilização deste por todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

No decorrer do desenvolvimento deste estudo, fez-se o uso do método de pesquisa bibliográfica, no qual além das concepções de Paro, são descritas algumas pontuações de outros renomados autores que referenciam os processos de ensino. Enfatiza-se que as principais discussões em concordância com Paro são trazidas pelo Patrono da Educação Paulo Freire.

BREVES CONCEITOS: EDUCAÇÃO E PODER

A priori, para melhor entendimento deste artigo, faz-se necessário a conceituação de algumas concepções do que vem a ser educação e poder, assim como a relação dos mesmos. Para tal, considerando as significações descritas pelo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, temos a conceituação de educação como sendo a “ação ou efeito de educar, de aperfeiçoar as capacidades intelectuais e morais de alguém” (FERREIRA, 2010).

Não muito distante desta concepção, Paro (2008, p. 23) conceitua a educação como sendo “a apropriação da cultura [...] esta envolve conhecimentos, informações, valores, crenças, ciência, arte, tecnologia, filosofia, direito, costumes, tudo enfim que o homem produz em sua transcendência com a natureza”.

Observa-se, diante de tais conceituações que a educação vem representar todos os processos que envolvem a formação humana, sejam estes relacionados a questões científicas ou até mesmo a valores culturais estabelecidos pelo meio social em que o indivíduo convive.

Ao nos remetermos a conceituação de poder, temos o conceito deste como sendo a “capacidade ou a oportunidade de realizar algo” (FERREIRA, 2010). Para Paro (2008) este é compreendido de duas formas, sendo como capacidade de agir sobre as coisas ou como capacidade de determinar o comportamento de outros indivíduos envolvidos.

Relacionado os conceitos de educação e poder, propondo que estes caminhem juntos, nota-se que os processos de educação sempre envolveram alguma espécie de poder, sendo o posicionamento deste determinado pelos envolvidos.

QUEM DETÊM O PODER DA EDUCAÇÃO?

Nos processos de ensino-aprendizagem sempre ocorrerá algum envolvimento de aspectos de poder, sendo que estes podem ser desenvolvidos por duas vias básicas. Tais vias são denominadas por Paro (2008) como, poder-sobre e poder-fazer. O poder-sobre caracteriza-se no momento em que o educador objetiva impor aspectos culturais sem interesse do educando, propondo assim um ambiente de coerção ou até mesmo manipulação. Já o poder-fazer pode ser descrito como tendo bases de persuasão, podendo assim ser considerado compatível com uma educação que almeja a formação histórico-cultural do indivíduo por meio de uma prática democrática de educação.

Com enfoque nos preceitos de poder, Paro (2008) ressalta que nos processos educativos sempre haverá a possibilidade de ter alguém com a pretensão de modificar comportamentos (educador) e alguém que se supõem que os comportamentos sejam passíveis de modificações (educandos). Fator este que mais uma vez caracteriza a presença do poder frente as ações de educação, o qual é exercido tanto por parte do educador quanto do educando, e se dá tanto por meio da capacidade de agir sobre as coisas, quanto pela capacidade de determinar o comportamento de outros.

Paro (2008), ao considerar o educando, remete o poder a este a partir do momento em que se dispõe a agir intencionalmente diante do seu processo de apreender a realidade, tornando-se sujeito de seu aprendizado, transformando-se em “poderoso” à medida que alcança a capacidade de agir e fazer-se sujeito. Neste sentido, Freire (2011) descreve que deve-se permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história. Em consonância a tais seguimentos, pressupõe-se que o indivíduo se torne mais ativo por meio da real participação em sua formação, assim como nas intervenções que pode ocasionar nas ações do educador.

Diante do estabelecimento de tal relação entre aluno e professor, Paro (2008) descreve esta como relação dialógica, na qual o professor permite que sua aula não esteja engessada, permite que esta tenha flexibilidade de acordo com as respostas e

questionamentos do aluno no processo de ensino. Corroborando com Paro, Freire (2016, p. 48) nos traz que o professor deve “defender uma prática docente em que o ensino rigoroso dos conteúdos jamais se faça de forma fria, mecânica e mentirosamente neutra”. Neste mesmo contexto, Libâneo (1994) descreve que as aulas devem favorecer os processos de ensino e aprendizagem, para que tal processo venha a acontecer, se faz necessário que o professor mantenha a criatividade e flexibilidade diante das mais variadas situações.

Frente a tais contextos, torna-se notório que ambos os lados (aluno e professor) do processo de ensino devem deter poder, contudo o que prevalece em nossas escolas e universidades são conceitos de extrema resistência quanto ao aluno tornar-se “poderoso” diante de sua formação. Mesmo com anos de diversas lutas, o que predomina é a via de mão única nas bases de ensino, onde o professor apenas deposita conteúdos, cabendo ao aluno apenas aceitar de forma passiva o que lhe é repassado. Tal condição já viera a ser descrito há anos pelo Patrono da Educação Paulo Freire (1987) caracterizando como educação bancária, na qual ao invés de comunicar-se com o aluno, o professor faz “comunicados” e depósitos, os quais são recebidos pacientemente pelos alunos, que memorizam e repetem, tendo estes o direito de apenas receber os depósitos, guardá-los e arquivá-los.

Ainda considerando os argumentos freirianos, nesta concepção da participação do professor como mediador da formação de um sujeito protagonista de seu ensino, Freire (2018, p. 70) nos traz que:

Ensinar já não é, na perspectiva democrática, a transferência bem-feita, não é a descrição bem-feita do perfil dos objetos. Ensinar é, sobretudo, desafiar o aluno para que o aluno saiba o que o professor já sabe. Que é exatamente ter a compreensão de conteúdo ou do objeto. Todo ato de ensinar implica no ato de aprender e os dois se juntam, na compreensão mais ampla do ato de conhecer. O ato de aprender casado com o ato de ensinar se prolonga no ato de conhecer (FREIRE, 2018, p. 70).

Diante de tais contextos, torna-se notório o quanto o reconhecimento da real função de seu poder como educador por parte do professor, pode vir a interferir na conduta conhecida e reconhecida pelo aluno para direção que este virá a obter em sua formação de sujeito histórico-social.

O PODER DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO COMO SUJEITO

Em concordância com as descrições anteriores, Paro (2008) enfatiza a grande importância do processo de ensino com dialogicidade para formação do professor/educador também, uma vez que todo processo de ensino para com o outro é ao mesmo tempo processo de aprendizado para si próprio, este aprende enquanto ensina, cresce, reafirma sua intelectualidade e enriquece sua personalidade. Corroborando, Lacerda (2009, p. 11) descreve que “aprende quem conta, quem escuta, quem escreve, quem lê. Aprendem todos os que sabem o valor de restituir, ao outro, um saber que não resulta de pertencimentos ou apropriações, mas de envolvimento”.

Vale ressaltar, que o papel mais importante do professor ainda é o de precursor de estímulo ao aluno na busca de sua formação como sujeito. Tal papel torna-se primordial a partir do momento em que as ações desenvolvidas por este podem vir a modificar o comportamento do aluno, no qual o professor por meio de sua mediação propõe a modificação, a busca para o além de si, para a construção de sua própria individualidade. Freire (2016, p. 49) nos traz que “o educador progressista, capaz e sério, não apenas deve ensinar muito bem sua disciplina, mas desafiar o educando a pensar criticamente a realidade social, política e histórica”.

Neste sentido, Libâneo (1994) descreve que ocorre uma inter-relação entre os momentos do processo de ensino, nos quais supõe-se o confronto entre os conteúdos trazidos pelo professor e a experiência sociocultural do aluno e suas formas de conhecimento, as quais passam a ser relacionadas com as situações escolares de aprendizagem por meio da orientação do professor e sua mediação.

Conforme é descrito por Paro (2008), o professor somente exerce de fato seu poder, se este desempenhar sua função social, a de construir personalidades humano-históricas, o qual por meio de sua ação no processo de ensino promove no aluno o desejo de aprender, o que permite ao aluno tornar-se autor de sua educação. Vigotsky (1998) descreve que este tipo de aprendizagem, permite ao aluno torna-se o protagonista de seu próprio processo de ensino-aprendizagem e é por meio desta que desenvolve no aluno o estímulo para buscar seu próprio conhecimento, criando estratégias de ensino e construindo juntamente com ele um ambiente adequado à aprendizagem de forma mais individualizada, considerando as necessidades dos indivíduos em formação.

A partir do momento em que o professor assume tal postura, demonstrando que ambos os lados, educador e educando, complementam-se neste processo e que ambos têm a “ganhar” considerando-se detentores do poder, passa então a ocorrer uma cumplicidade entre os dois, tornando-se o processo educativo como uma ação compartilhada e não apenas recebida.

Apesar de todas estas condições necessariamente claras para uma formação efetiva do indivíduo como sujeito, as escolas, lamentavelmente, são ainda permeadas por concepções tradicionalistas, nas quais acredita-se que irão promover o interesse do aluno para estudar com a utilização de chantagens de reprovação. Paro (2008) traz que tais concepções distorcem completamente a verdadeira posição do aluno como autor de sua própria formação, pois esta acredita que o poder do aluno está em tirar notas boas para não reprovar e do professor está na ação de reprovar ou aprovar.

Freire (2019), descreve que tais concepções de aprovação e reprovação, remetem-se a conceitos de ideologias dominantes, levando a manifestações de poderes do superior diante do “fracasso escolar” de determinado aluno. Destaca que a culpabilização de tal fracasso sempre estará voltada a deficiência individual de cada aluno, nunca a escola será a responsável por este resultado.

Considerando a errônea ação de reprovar como estímulo para aprender, Paro (2008) ainda discorre que este posicionamento da escola se caracteriza como forma autoritária, na qual a escola impõe formas de portar-se para alcançar os resultados almejados. Afirma ainda que o autoritarismo da escola tradicional, traz como grande prejuízo ao educando não só o fracasso em não obter notas em determinado conteúdo, mas implica também nas questões de natureza política, ao deixar de contribuir para a formação de personalidades democráticas participativas.

Percebe-se que tal posicionamento da escola, contribui para formação de indivíduos autoritários, uma vez que como é descrito por Paro (2008) a escola passa a impor aos alunos um ensino desinteressante no qual cabe a criança apenas obedecer às determinações do professor e da escola, não é valorizado a sua vontade e interesse, promove-se assim um tipo de obediência e passividade, o que não é compatível com o exercício democrático de cidadãos autônomos.

Diante de tal contexto, Paro (2008) nos traz uma linha de esperança, ao destacar que se a escola não está apta para a formação de um indivíduo democrático, participativo de sua formação, faz-se necessário transformar a escola, não que esta venha a ser suficiente, porém torna-se de extrema necessidade para a execução de todo processo

educativo. Para tanto, Freire (2019) nos relembra que o ensino dos conteúdos, criticamente realizado, deve envolver a abertura total do educador, pois somente assim o educando terá em suas mãos a responsabilidade de sujeito construtor de seu conhecimento.

Observa-se que é por meio do real conhecimento das ações das escolas e dos professores, que podemos promover medidas que objetivem a transformação desta para assim dispor de condições que propiciem uma prática democrática participativa. Deve-se assim, estimular a instituição a ser formadora de uma sociedade autônoma, pois somente através destes pressupostos é que pode se alcançar a real formação do indivíduo como sujeito emancipador de seu conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de toda a contextualização realizada, observa-se que o educador deve sim manifestar seu poder, porém não da forma que se estabeleceu ao longo dos anos como mero transmissor de conteúdo, mas sim nas ações de persuadir os alunos com o intuito de estimular/mediar o diálogo entre todos os componentes dos processos educativos. O educador/professor permite desta forma que os alunos promovam seu autodesenvolvimento, construindo conhecimentos entrelaçados com sua história.

Ao desenvolver tal posicionamento dentro dos processos educativos, no qual ambos os lados, professor e aluno, detêm poder, almeja-se a construção de novas formas de aprendizagem para ambos, uma vez que o professor aberto, flexível às condições do aluno passa a enfrentar novas experiências, fazendo com que venha a desenvolver novas aptidões diante de suas aulas.

Desta forma percebe-se que tais posicionamentos, só vem a otimizar tanto na construção do aluno como sujeito de seu conhecimento na busca por emancipação, quanto como para o professor como mediador do ensino.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, A.B. de H. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 5 ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FREIRE, P.; SHOR, I. Medo e ousadia: o cotidiano do professor. 13 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

_____. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. Pedagogia do compromisso: américa latina e educação popular. 1 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

_____. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 58 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

LACERDA, M.P. (Org.) A escrita inscrita na formação docente. Rio de Janeiro: Rovel, 2009.

LIBÂNEO, J. C. Didática. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

PARO, V.H. Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação. São Paulo: Cortez, 2008.

VIGOTSKY, L.S. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. Trad. de Maria da Penha Villa lobos. São Paulo: Ícone/Editora da USP. 1988.